

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS

O fim da olaria tradicional portuguesa

POR

EUGÉNIO LAPA CARNEIRO



LISBOA

1970



3.3(469)(04)

R

SEPARATA DO COLÓQUIO 2 — TOMO III — DAS
PUBLICAÇÕES DO XXIX CONGRESSO LUSO-ESPAÑHOL
(LISBOA, 31 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 1970)

O fim da olaria tradicional portuguesa

POR

EUGÉNIO LAPA CARNEIRO

Arrastadas por um rio, iam duas panelas, uma de barro e outra de bronze. Disse a primeira à segunda: «Vai-te, anda longe de mim, não te aproximes; se me tocas fico em cacos». A vida está cheia de perigos para o pobre, quando perto dele mora um tubarão.

Na figura desta conhecida fábula esópica, que foi glosada por Faerne e por La Fontaine, se mostra como é frágil o barro, mas por trás disso, e encarando ainda apenas a figura, creio que nela podemos ver também um eco da competência que entre o vasilhame cerâmico e o vasilhame metálico desde há muitos séculos se estabeleceu.

Em Barcelos toda a gente é de opinião que a comida cozinhada no barro é melhor. O café feito em chocolateiras ainda tem aqui fervorosos adeptos, entre as pessoas velhas e humildes. Tem nomeada o arroz de forno feito nos alguidares negros de Bisalhães. Pelo bom sabor que dá à comida, a louça de Baião é apreciada por aqueles lugares. «Caldo de caçola, sabe que estoura», diz-se em Britiande e Moumiz, concelho de Lamego (?). No Montemuro acredita-se que o jantar fica mais gostoso se for cozinhado em panelas de barro, tendo as panelas de Fazamões fama de fazer um arroz que parece de forno. As panelas de barro da Flor da Rosa dão um sabor especial aos alimentos.

Segundo Luís Chaves, os próprios doces ganham em ser confeccionados em vasilhas de barro.

A mesma convicção nos aparece radicada no Brasil: «É voz corrente que certos pratos da culinária brasileira só têm seu gosto verdadeiro quando cozidos em vasilhame de barro». Em relação a determinados pitéus não se admite alternativa: «Não sendo panela de barro, é melhor não fazer moqueca!»

Trata-se, na verdade, de uma convicção muito generalizada, que naturalmente apresenta múltiplas variantes locais. Pressupondo



Barcelos

Perm.

a existência de termos de comparação — as vasilhas metálicas, — será um outro eco da milenar concorrência entre estas e as de barro, uma manifestação do mecanismo de resistência à novidade, de conservação do antigo. Porque — diria Teixeira de Pascoaes — «o paladar possui também o seu altar votivo, na Memória».

No que diz respeito ao vasilhame de guarda de vinho, no mundo mediterrânico, a talha, também desde há muitos séculos, vem sendo combatida pelo vasilhame de aduela, oriundo do Norte da Europa; e no Alentejo, que corresponde à actual área portuguesa da talha, constituiu-se um corpo de argumentos em defesa da obra do oleiro: O mosto não coze bem em vasilhas de madeira; os tonéis *bebem* muito do vinho que neles se guarda; o vinho que não passa pelas talhas pezgadas sabe a flores.

Os enólogos não concordam. Não sei em que medida a sua subcultura profissional os incapacita para um exame objectivo e imparcial da questão, mas a sua posição favorece a minha hipótese.

Sem poder no momento delinear uma tábua cronológica do aparecimento e da vulgarização dos materiais que sucessivamente vieram competir com a olaria, imagino que, na lenta difusão de cada um deles, o apego ao herdado, o geral baixo nível de vida, os condicionalismos geográficos e também a inadequação desses materiais a certos fins que o barro satisfazia, acabariam sempre por estabelecer um equilíbrio na concorrência. Nalguns casos, os limites da primeira difusão coincidiriam com limites da estratificação económico-social. Enumerando a utensilagem da cozinha medieval portuguesa, Oliveira Marques diz que panelas, tachos, cântaros, infusas, assados, tigelas, alguidares, sertãs, grelhas, etc., seriam «de barro ou de estanho, consoante a riqueza da habitação». Noutros casos, porém, a difusão pararia diante de fronteiras naturais, que delimitam áreas geográficas bem caracterizadas. Parece que foi o que se passou com a cascaria, que quase até aos nossos dias não foi praticamente usada no Alentejo, o que, segundo vários autores, se explica pela falta, nessa província, de boas madeiras de carvalho, castanho e pinho.

No Regimento dos Tanoeiros, de Lisboa, incluído na compilação geral de 1572, determina-se que «daqui em diante todos os oficiais tanoeiros que madeira comprarem que vier de fora, assi

nova como velha, dêem parte a todos os oficiais do dito ofício que a quizerem, a qual repartição farão os juizes igualmente, mandando requerer os ditos oficiais para a dita repartição, se a quizerem, e o oficial que a tal madeira comprar além de levar sua parte igual como cada um dos outros, levará outra parte e quinhão por seu trabalho de comprar a dita madeira e empregar seu dinheiro, etc.». Esta medida corrobora a supracitada explicação, se, como julgo, resulta do facto de mesmo em Lisboa haver então falta de madeiras. É certo que, quanto à louça de aduela, Lisboa se encontrava em parte na dependência do Norte, pois da Galiza importava arcos de aveleira, e do Porto recebia «muita soma de pipas e tonéis abatidos», que os próprios tanoeiros portuenses iam lá fazer, à Porta do Mar, nos meses de Julho e Agosto.

No Regimento das Procissões de Évora, que data dos finais da centúria de Quatrocentos, a profissão de tanoeiro é uma das profissões importantes não mencionadas — como nota Oliveira Marques. Nas posturas da Câmara de Évora que, de 1375 a 1395, regulamentam os principais mesteres, também não são mencionados os tanoeiros. Que havemos de concluir? Penso que o seguinte: Se então havia tanoeiros em Évora, eram muito poucos. Aliás, Maria Margarida de Oliveira Frota Baptista, na documentação eborense que estudou (regimentos de ofícios, cartas de examinação e licenças), relativa ao lapso de tempo que vai de 1777 a 1810, encontrou uma única referência ao ofício de tanoeiro — uma licença concedida em 1802, — ofício que por esse número fica aí somente a par dos mesteres de abegão, de amolador, de carreteiro e de chocolateiro, havendo outros em que, no mesmo espaço de tempo, se concederam dezenas de cartas de examinação e dezenas de licenças.

Falando de Serpa, escreveu Dias Nunes, em 1900: «Modernamente, a talha vai sendo substituída pelo tonel de madeira, para o vinho, e pelo pote de lata para o azeite». Teria sido a partir do final do século passado que a louça de aduela começou no Alentejo a concorrer verdadeiramente com a olaria.

Só através de uma paciente e metódica pesquisa bibliográfica e de arquivos se nos tornará patente o modo como entre nós se difundiram o vasilhame metálico — de estanho, de cobre, de ferro, de folha-de-flândres, — a cascaria, o vidro, etc., — e só depois poderemos bem entender até que ponto a olaria foi afectada pelos

sucessivos embates desses competidores e das modas com eles relacionadas.

Ao menos num caso me parece que se pode falar de moda, no sentido mais gratuito que a palavra comporta aqui. O púcaro, cuja crónica todos conhecemos através desse exemplar trabalho de erudição que é a monografia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entra em declínio a partir do século XVIII. Porquê? O esquisito sabor e a apetecível frescura que os vasos de barro poroso conferem à água não era coisa — sabor e frescura — que se obtivesse em vasos de outra natureza. E, no entanto, a importância do nosso púcaro foi decaindo, ao que se me afigura depois de banido das mesas dos nobres, por influência dos costumes das cortes estrangeiras. De nada lhe valeu a fama que o aureolara, o ter emparceirado, nas mesas dos monarcas, com louças das mais ricas baixelas, o ter sido aí notado pelos estranhos, como coisa exótica, e o ter sido para todos uma peça do mobiliário pessoal mínimo — um prato em que comer, um púcaro por onde beber, escreveu no século XVIII o autor das *Obras do Diabinho da Mão Furada*.

Com base nas escassas informações de que, a tal respeito, dispomos, tentarei a seguir esboçar um quadro das transformações que nas olarias barcelenses se operaram no último quartel do século XIX, para elas apresentando uma proposta de explicação. Provisória e passível de rectificações e correcções, é claríssimo. Das fontes bibliográficas não haverá infelizmente muito mais a colher, mas talvez os arquivos guardem elementos que permitam uma futura revisão do quadro. Oxalá as pesquisas que Solange Parvaux fez no arquivo da Câmara Municipal de Barcelos lancem alguma luz sobre estas questões, e oxalá possamos nós conhecer brevemente o resultado dessas pesquisas.

Começarei por relacionar as mais antigas notícias que das olarias barcelenses nos ficaram:

1706. O P.^e Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, faz duas breves referências às olarias da região. Uma: A vila do Prado «tem bom barro, de que fazem telha, e louça ordinária, que vão vender por toda a Província». Outra: «Aqui [no Couto de Cerveães] se fazem as melhores quartas, e púcaros de beber, que deste grosseiro barro na Província se obram».

1867. Amaral Ribeiro, numa estimável monografia sobre Barcelos, significativamente omite qualquer referência às olarias: «Não há em Barcelos indústria alguma, quando pela sua posição geográfica, e por outras circunstâncias vantajosas, podia, se não exceder, pelo menos igualar outras terras menos favorecidas da natureza, nas quais se exploram várias indústrias artísticas, e fabris, que fornecendo a seus habitantes trabalho honesto, e lucrativo, dão importância ao País, aperfeiçoam as artes, desenvolvem o comércio, e fomentam os bons costumes, banindo a ociosidade, que é a origem de todos os vícios».

1876. Pinho Leal nota que no Prado se fabrica «grande quantidade de telha e louça ordinária de barro, que exporta em grande quantidade».

1882. A Sociedade de Instrução do Porto promove uma fabulosa exposição de cerâmica nacional. Mais de cem localidades concorrem com louça popular! No relatório que publica em 1883, Joaquim de Vasconcelos informa: «Os concelhos de Vila Verde e de Barcelos (...) têm um grande número de expositores, distribuídos por numerosas freguesias. Deve-se esta riqueza ao trabalho e especial dedicação do (...) chefe da estação de Barcelos. Também teve o gosto de ver quatro expositores populares do seu concelho premiados com menções honrosas».

1886. José Augusto Vieira, que só viu a louça *de Barcelos* do lado do Prado, diz que a telha do Prado cobriu, por assim dizer, todas as casas do Minho, e que a sua louça — louça ordinária, muito usada pelas classes pobres — invadiu todos os mercados da Província.

Antes de mais, devemos notar que a louça que então se chamava *do Prado* era a produzida na área onde se produz a que agora se chama *de Barcelos*, área que abrangia e abrange dezenas de freguesias. De aí nasceram imensas confusões. Na mesma página de onde extraí o citado passo de Joaquim de Vasconcelos, aparece disso um flagrante exemplo. José Augusto Vieira, esse, surpreendido com o facto de na vila do Prado encontrar uma reduzida indústria doméstica, e desconhecendo que a designação de *louça do Prado*

abrangia toda a cerâmica que se produzia nos concelhos de Barcelos, de Vila Verde e de Braga, conclui, mas improcedentemente, que as olarias do Prado «não têm já a grande nota industrial frisante»!

Concretamente, e pondo de parte a telha, o P.^o Carvalho menciona púcaros e quartas, e os outros autores referem-se apenas a louça ordinária, muito usada entre as classes pobres do Minho — adianta José Augusto Vieira. No passo de Amaral Ribeiro, de 1867, subentende-se que essa era de facto a única louça que aqui se fabricava. Doze anos antes, em 1855, tinham sido englobadas no concelho de Barcelos as freguesias onde se produzia o melhor da *louça do Prado*, e Amaral Ribeiro diz que em Barcelos não há indústria alguma! Ao que julgo, não foi propriamente esquecimento das olarias. Ele pensava em «indústrias artísticas e fabris». Esclarecimento precioso, porque nos mostra que nenhuma da louça que então aqui se produzia merecia a seu parecer a qualificação de artística.

Chegamos, portanto, a 1886, ano da publicação d'*O Minho Pittoresco*. E parece que ainda em Barcelos patriarcalmente continuam os oleiros apegados às técnicas e aos artigos tradicionais, tão grosseiros, tão rústicos, tão impróprios da era industrial, e por isso tão desprezados por certas elites da época.

No entanto... algo se passava...

Em primeiro lugar, essas olarias atravessavam uma crise.

Sabemos, através do *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, que nas olarias de Guimarães, cujo principal fabrico tinha sido, e continuava a ser, a louça de barro de cozinha, a produção estava nessa altura reduzida a metade, devido, como explicitamente diz o relatório, à «introdução de fogões e de baterias de cozinha de ferro e de folha-de-flandres». A lareira, onde o pote, a panela, o púcaro, a caçoila e a chocolateira de barro funcionavam, a lareira dos serões, dos contos e das adivinhas, como coisa anacrónica era posta de parte. E o fogão de ferro pedia vasilhame de ferro.

Ora sem dúvida que esta crise foi extensiva a outros centros oleiros, Barcelos inclusive. Em 1899 Rocha Peixoto dirá que as olarias barcelenses estão em «decadência acentuadamente manifesta». Começara entre nós a ruína das olarias tradicionais. Sobreviveriam

as que se adaptassem às circunstâncias, descaracterizando-se, criando ou copiando coisas que tivessem venda; extinguir-se-iam as outras. O infatigável e atento andarilho que se chamou Ramalho Ortigão, focando, em 1885, a decadência das indústrias caseiras, falando do «vasto cemitério que outrora foi a área das nossas indústrias rurais», não foi profético porque foi tão-só inteligente e sensível: «A olaria, de todas as nossas indústrias tradicionais a de evolução mais completa depois da ourivesaria, e portanto das de mais valor etnológico, tende a transformar-se em indústria de concorrência, e está ameaçada de perder em pouco tempo o carácter local que lhe imprime a espontânea inspiração do povo». Por certo que é triste, decorridos oitenta e cinco anos! e no momento em que fatalmente morrem as nossas últimas olarias tradicionais, poder adoptar como própria a mágoa que transparece destas palavras de Ramalho, e adoptá-la não por atitude saudosista, que sobretudo pertence àqueles que, ao perderem o mundo velho, perdem privilégios, mas por quase nada se ter feito ainda no sentido de preservar os testemunhos das técnicas e das formas cerâmicas tradicionais, transmitidas de geração em geração, modificadas e adaptadas num lento labor de muitos séculos, técnicas e formas que por esse facto reflectem a história económica e social, a capacidade inventiva do Português e o seu sentir estético.

A olaria tradicional entrava no ocaso. De então para cá dezenas de centros oleiros cessaram a sua actividade. Mesmo antes de findar o século XIX já alguns se tinham extinguido. Em Vila Nova de Gaia, por exemplo, segundo o *Relatorio da sub-comissão de inquerito industrial*, cujos números muito provavelmente pecam por defeito, havia em 1881 sessenta a oitenta pessoas que se empregavam na «fabricação de louça negra ordinária». Os exemplares que enviaram à Exposição de Cerâmica de 1882 eram «de belo aspecto e variadissimas formas». Pois quando Charles Lepierre elaborou o *Estudo Chimico e Technologico Sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, que deu à estampa em 1899, — nessa altura já os seus informadores do distrito do Porto localizaram louça preta apenas no concelho de Baião, bem junto da serra!... O coveiro das velhas olarias começara a trabalhar junto da cidade, e de aí prosseguiria a sua marcha, cada vez mais facilitada pelo progressivo aumento de contactos entre os meios rurais e os meios urbanos,

e pelo encurtamento de distâncias resultante dos melhoramentos sucessivamente introduzidos nos transportes.

Voltando às olarias barcelenses: Depois de considerada a crise que Pereira Caldas e Joaquim de Vasconcelos assinalaram em 1884, consideremos a ancestral mobilidade do oleiro barcelense em espaços geográficos vastos, a qual só por si merece um estudo particular. Como se sabe, indivíduos desses, em especial os emigrantes, que estabelecem contactos demorados com populações estranhas, e se adaptam aos seus usos e costumes, adquirem «ideias, atitudes e capacidades técnicas diferentes», e são, quando regressam ao terrunho, agentes potenciais de transformações culturais. O oleiro barcelense, andando com a sua louça por feiras e romarias, percorria todos os anos uma considerável parte do País, e, tal como hoje, emigrava muito, e daqui podíamos deduzir que traria em si aguçada a capacidade de se lançar no fabrico de artigos novos. A crise de 1880 — provisoriamente, embora, fixemos o começo da crise nesta data — era para o efeito um bom estímulo.

Mas a um caso concreto de emigrante retornado, que se esforça, e consegue lançar um artigo de novo género, se refere Rocha Peixoto. É o caso do célebre Carapanto, oleiro de Cervães, que estivera em Sacavém, na Vista Alegre e no Brasil, e que, regressado à terra, começa a produzir a então chamada «louça fina do Prado» — louça ou terracota vermelha polida, que exige um preparo de pasta bastante mais complicado que as louças tradicionais, o acabamento das peças no torno, após uma primeira secagem, e fornos especiais, pois não pode receber o contacto directo do fogo. Macedo Correia, com base nas informações que colheu na oficina dos Carapantos, que ainda existe, chegou à conclusão de que as primeiras tentativas do primeiro Carapanto conhecido teriam sido feitas em 1880, e acrescenta que, «cinco anos depois, já nas freguesias de Lama, Areias, Pousa e S. Martinho se fabricavam as mesmas [louças] em larga escala». Em 1899 dedicar-se-iam ao fabrico de louças polidas as oficinas de João Loureiro da Eira, de Joaquim Loureiro da Eira e do Sousa, na freguesia da Pousa; a de Joaquim Macedo Correia, em Areias; a do Manelo, na Lama; a do Rita, em S. Martinho de Galegos; e ainda as de Alberto Gomes da

Cunha Guimarães e José Maria Ferreira, citados por Lepierre sem indicação das respectivas freguesias.

Produziam, por um lado, «vasos de jardim e de suspensão, jarras, moringues e brinquedos», «formas generalizadas e antigas», e, por outro, inspiravam-se em gravuras e em artigos de Sacavém e da Vista Alegre. Rocha Peixoto, que sobre estas louças dá informações minuciosas, reconhece que não têm carácter popular e que «os modelos de cópia, já inicialmente mal reproduzidos, se obliteram sob uma fantasia indisciplinada e estreitamente restrita». Sendo muito outra a opinião de Charles Lepierre, que considera as louças polidas de muito boa qualidade, por certo que a diferença estava nas louças que um e outro examinaram (diferentes fábricas ou diferentes épocas). Como quer que seja, tiveram boa aceitação no mercado os hidrocerames e os brinquedos polidos, e posto o seu declínio tenha começado por volta de 1926 — data em que uma nova e grave crise atinge a indústria cerâmica de Barcelos, — ainda hoje se fabricam.

As exposições de cerâmica foram um acicate para a produção de novidades. No relatório que da exposição de 1882 escreveu Joaquim de Vasconcelos, lê-se: «Em geral, os fabricantes supuseram que a exposição da Sociedade [de Instrução do Porto] reclamava deles esforços desusados, e que era necessário apresentar obras especiais, obras que pudessem *figurar*». Os organizadores da exposição de 1901 chegaram à mesma conclusão: «Uma espécie de obcecação domina, em geral, os produtores quando se trata de uma exposição, e vem a ser: fabricar expressamente para o certamen objectos especiais e nunca vistos. Não há convencê-los, na sua grande maioria, de que melhor se avalia do adiantamento de um ramo qualquer de indústria analisando objectos de fabrico usual e corrente do que admirando artefactos destinados de antemão a deslumbrar o visitante».

Ora, se à exposição de 1882 concorreu, como vimos, um grande número de oleiros de Barcelos e de Vila Verde, nós não devemos deixar de perscrutar a importância desse facto. Apresentaram-se, na sua singeleza, com «louça popular», o que sem dúvida significava «louça tradicional e grosseira». E os que foram ao Porto nessa ocasião, — para se reverem nas suas obras, tendo entendido que a presença dos seus artigos na exposição e as menções

honrosas com que foram galardoados lhes ofereciam uma oportunidade única de se apresentarem como desempenados fabricantes de cântaros e infusas, — eles, os humilimos *forriqueiros*, segregados, membros de uma classe desde sempre desprezada pelo lavrador, que estranha sensação de inferioridade não teriam experimentado, vendo os seus artigos lado a lado com as belas louças de Aveiro, de Coimbra, das Caldas, de Estremoz, da Lagoa, etc.? Mas estamos no limoso domínio das suposições. Fica isto como hipótese.

Doravante o progresso da era industrial multiplicará as causas da restrição de consumo dos produtos tradicionais das olarias. O oleiro mais ambicioso e mais ousado, o mais mexido, o jovem, e, talvez sobretudo, o proprietário da grande oficina, da fábrica onde, num ambiente perfeitamente patriarcal, se moviam assalariados e aprendizes, — em face do êxito da louça polida, estará atento às preferências do mercado, e disposto às mais variadas experiências. Habilidoso, educado num meio onde as técnicas e as formas, secularmente repetidas, eram de todos, adoptará novas técnicas e copiará sem reboço as formas e os modelos alienígenas, num cândido desrespeito pela propriedade industrial.

Afirma Rocha Peixoto que por volta de 1896 os barristas barcelenses «começaram a apresentar nas feiras alguns espécimes da sua estatuária, simplesmente cozidos, sem vidro, e pintados depois a verde, azul e vermelho». Não usariam antes dessa data pintar o figurado próprio para presépios e cascatas? Ou não se produziriam aqui figuras de presépio? Só talvez escavações feitas à imagem e semelhança das que fazem os arqueólogos, empregando as mesmas técnicas e os mesmos métodos, nos permitam achar resposta para esta questão. De qualquer modo, o figurado vidrado entra em declínio, e «em 1920, com excepção do Secundino Maciel e [do] irmão, de S. Martinho de Galegos, já nenhum barrista vidrava os seus bonecos».

Estamos no fim do século XIX, e falta-me referir uma importante novidade muito presumivelmente perfilhada nessa altura pelos oleiros da região. Trata-se das discutidas «louças de vidrados corados» ou «faianças de Barcelos». Macedo Correia dá notícia da divergência de opiniões quanto ao primeiro fabricante local desse

gênero de louças: para uns teria sido Joaquim José de Afonseca (fábrica do Pinheiro), da freguesia da Lama, em 1895; para outros, José Maria Ferreira, conhecido por Manelo, também da freguesia da Lama.

Na Exposição Agrícola, Industrial e Pecuária promovida pela Câmara Municipal de Barcelos, em 1903, Joaquim Loureiro da Eira, da freguesia da Pousa, foi premiado com medalha de vermeil «pelos seus objectos de faiança», e num anúncio da Typographia e Papellaria Soucasaux, que desde Janeiro até Outubro de 1904 aparece nas páginas do periódico barcelense «Regenerador-Liberal», lê-se o seguinte: «Cerâmica: Temos à venda a do tipo da Baviera. Há uma diversidade de peças interessantes, a escolher, em lotes de 50, 60, 70, 80, 100 réis e mais preços. Breve contamos ter em depósito a [do] tipo das Caldas da Rainha. Que ambos se fabricam neste concelho».

É certo que tanto Charles Lepierre, em 1897, como Rocha Peixoto, em 1899, ignoram a existência das «faianças de Barcelos», mas podemos admitir que ainda não se passara da fase de experiências, e que portanto o fabrico era reduzido.

Colunas, pratos, vasos, floreiras, jarras, estatuetas, canecas, canecas de segredo, todo um mundo de bibelôs mais ou menos úteis, com profusa decoração fitomórfica e zoomórfica em relevo, revelam a preocupação de aumentar as vendas, e, vamos lá, também pretensões artísticas. As semelhanças entre as «faianças de Barcelos» e a louça das Caldas são evidentes, e tais, que muitas vezes peças fabricadas em Barcelos têm sido classificadas como das Caldas. Disso temos exemplos num borrão de inventário do museuzinho barcelense. Esse mundo de formas e motivos decorativos, que nada ou quase nada deve às louças tradicionais barcelenses, não caía assim feito do céu. O anúncio da Typographia e Papellaria Soucasaux tira-nos, porém, de quaisquer dúvidas: as louças de vidrados corados, em 1904, eram conhecidas em Barcelos como cerâmica do «tipo das Caldas».

O oleiro barcelense imitou deliberadamente a louça das Caldas. Em face do «êxito mercantil convidativo» que obtivera com as louças polidas, ficara atento às solicitações do mercado. E se a «tão apregoada» louça das Caldas, cuja fama era velha, estava então na moda, porque não havia de imitá-la? Aliás, deve-se notar, outros tinham feito o mesmo há bastante mais tempo, e sem dúvida

também impulsionados pelo desejo de produzir um artigo lucrativo: Já no Relatório da Exposição de 1882, Joaquim de Vasconcelos se refere a tentativas de imitação da louça das Caldas, da «tão apregoada louça das Caldas», feitas em Aveiro, pela fábrica Guimarães & Norberto, em Coimbra e na Lagoa, ao pé de Portimão. Naturalmente, uns limitaram-se ao decalque puro e simples, e outros procuraram criar peças originais, dentro, porém, do mesmo estilo.

Francisco de Sousa, o Francisco *do Monte* (1885-1963), da Pousa, que estivera no Brasil durante vários anos, talvez de 1916 a 1919, «chegou a formar, nas Caldas da Rainha, uma sociedade irregular com Avelino Belo», regressando, mas não definitivamente, ao que parece, após a morte do seu sócio (1926). Nas Caldas vamos encontrar, em 1926, João Macedo Correia, de Areias, com dezoito anos apenas, matriculado na Escola Industrial e Comercial, e frequentando um curso não oficial de cerâmica. Francisco Elias foi seu mestre de modelação, e António Augusto Gonçalves seu professor de desenho. Embora limitada essa estadia a uns meses, não deixou de frequentar também as fábricas do Bordalo, de António Alves Cunha e da Viúva de Avelino Belo. Avelino Belo «vinha muitas vezes a Barcelos para comprar hidrocerames na fábrica do Macedo com quem tinha relações de muita amizade. Vinha comprar hidrocerames para vender nas Caldas [como sendo de lá, acrescentemos] e muitas vezes dava ele próprio o desenho dos modelos que desejava». A fábrica do Macedo era do pai de João Macedo Correia, e nela trabalhou Francisco do Monte, como operário, durante mais de vinte anos. Uma apertada cadeia de relações, sem dúvida. Mas não somos induzidos a pensar que a presença, nas Caldas, de Francisco do Monte e de João Macedo Correia — dois oleiros que aqui granjearam nomeada na cerâmica evoluída — é, além do mais, uma consequência do prestígio que a louça das Caldas tinha no meio cerâmico de Barcelos? Não sugere isso a probabilidade de, antes destes, terem estagiado nas Caldas outros oleiros barcelenses, conhecida a sua inquietude?

Entrámos no século xx. A descaracterização das louças de Barcelos vai continuar. Até 1950 e tantos, sob o signo da cópia de louças mais vistosas e da fantasia sem regra, que abrirão a madre por onde se escoia o maior caudal da actual cerâmica barce-

lense. A partir da *descoberta* da Rosa Ramalha, também, no domínio do figurado, sob o signo do rústico, do mal feito, do feio — quanto mais feio, melhor, dizem os barristas, — que satisfaz as preferências do turista, do burguês que se preza, do intelectual, mas que — e isto, ao que se me afigura, é importante — contribui também a seu modo para a descaracterização das louças: «o artista procura, pela simples aparência das suas obras, integrar-se num padrão de gosto que não é o seu», apanhando, sempre atento, as sugestões implícitas nos incontidos comentários da clientela palradora, e aceitando «ideias» e orientações de comerciantes e «artesanistas».

De Norte a Sul do País, falando hoje com os oleiros, costumam eles citar como seus principais inimigos o ferro, o alumínio e o plástico, materiais a que precisamos de juntar o cimento — de que modernamente se fazem vasos para plantas, e os gigantescos depósitos para guarda de vinho chamados *ânforas argelinas*, — e a que precisamos de juntar também o pirex. Para fins específicos, cada um deles oferece as suas vantagens, e tais são elas que, no contexto do apetrechamento doméstico moderno, seria inimaginável o retorno ao barro.

Já atrás falei do papel do fogão de ferro numa crise em que se verificou uma redução de cinquenta por cento no fabrico de certas olarias. Todavia, no forno do fogão de ferro ainda entrava a pingadeira ou assadeira. Os fogareiros de petróleo, os fogões eléctricos e os fogões a gás, que rapidamente galgaram todas as distâncias, as quilométricas e as económico-sociais, foram conquistar para o vasilhame metálico e para o pirex os últimos redutos do barro na cozinha.

Se da louça de ir ao lume passarmos para os hidrocerames, cântaros e bilhas, talhas e potes, e sem nos determos na concorrência que lhes moveram a folha-de-flandres e o cobre, poderemos, mesmo sem o apoio de estatísticas, aceitar que por cada vila ou cidade onde se instalava o abastecimento de água ao domicílio, por meio de canalizações, se verificava, na procura, e consequentemente na produção, uma redução anual de milhares de cântaros. Juntamos a isso a difusão nos meios rurais dos aeromotores e, depois, dos motores de explosão e dos motores eléctricos para elevar água e encher depósitos, e acabaremos por reconhecer que, dentro de

poucos anos, beneficiando da geral elevação do nível de vida e de um amplo acesso às comodidades elementares, também os meios rurais deixarão de consumir cântaros, e que de uma vez para sempre se apagará dos caminhos das nossas aldeias o fantasma vivo da mulher com cântaro a caminho da fonte — imagem que foi poética e celebrada por artistas e escritores, mas que hoje é tão-só, e ainda que nos custe, sinal de subdesenvolvimento.

«Nenhuma mudança cultural pode verificar-se isoladamente. Qualquer mutação (...) produzirá outras secundárias e terciárias num campo mais vasto» — escreveu George M. Foster. Para bem entendermos como são justas estas palavras, bastará verificar que até as mudanças que se têm produzido nos divertimentos populares atingiram a arte do mestre oleiro. O vasilhame cerâmico tinha, com efeito, um largo emprego em certos folguedos que eram conhecidos e realizados em todo o País.

Alcancias ou alcanzias era um «jogo de cavalaria, em que, correndo a cavalo, uns cavaleiros atiravam alcanzias (bolas de barro ocas e delgadas), as quais eram recebidas por outros nos escudos, onde se quebravam». No momento, parece que estão melhor estudadas no Brasil, onde foram introduzidas pelos portugueses, e onde se enchiam essas bolas com flores e cinza. Acho notícia de alcanzias no Recife, no segundo quartel do século XVIII, e em Minas Gerais, nos fins do mesmo século. Um dos exercícios de que constavam as cavalhadas que no princípio do século XIX se realizavam no Rio de Janeiro «consistia em quebrar com a lança um pote de barro pequeno, suspenso (...) dentro do qual havia um pássaro que, libertado, erguia voo fazendo flutuar as fitas amarradas nas suas patas». Adaptada aos tempos modernos, esta modalidade praticava-se nos nossos quartéis militares, aí pelos começos da década de quarenta: em vez do cavalo, a bicicleta; em vez da lança, um pau; exposto à sanha e à destreza do magala, um cântaro pendurado por um fio.

Pelo Entrudo, usava-se um jogo que mobilizava a agilidade e a atenção dos parceiros: Colocados estes a uma certa distância uns dos outros, fazia-se correr, de mão em mão, uma vasilha de barro — cântaro, púcaro, etc., — sendo alvo de assorriada o que a deixasse cair. Em Viana do Castelo chamava-se o *panelo*, em Guimarães, onde era jogo de raparigas, a *panela*, e noutros

lugares, a *panelinha*, a *cantarinha*, jogo do púcaro, jogo da pucarinha, etc. Em Eiras, concelho de Coimbra, Miguel Torga assistiu a uma das últimas edições do jogo: «O pote a voar de mão em mão, a finta súbita, a hesitação prevista, o estampanço da vasilha e o explosivo gáudio colectivo». Aliás, na Beira, onde segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos, se empregavam púcaros rachados ou cântaros velhos, e onde a pessoa que deixava cair a vasilha recebia uns tantos *bolos* ou tinha de pagar um certo número de laranjas, este jogo era também próprio do período de cinquenta dias que vai da Páscoa ao Espírito Santo.

Aqui em Barcelos, ainda há quarenta anos um dos números das festas dos santos de Junho era a *corrida de cântaros*: Rapazes e raparigas alinhavam com pequenos cântaros cheios de água à cabeça, e, a um sinal convencionado, procuravam ser os primeiros a cortar a meta, situada a uns cento e cinquenta metros, provocando a hilaridade da assistência quer pelos banhos forçados que tomavam, quer pelos cântaros que deixavam cair. Nas aldeias em volta da cidade, esse divertimento usava-se também como chamariz para rifas.

Outra espécie de folgado em que se sacrificava vasilhame de barro consistia em «uma pessoa armada de um pau, caminha[r] de olhos vendados uns passos contados para a frente a fim de aí, com pancada de cego, desfazer um púcaro em testinhos». Em Tibães e em Padim da Graça, Braga, a *quebra do púcaro* ainda se edita na festa da Sr.^a do Ó, e nas rifas que precedem a festa da Sr.^a da Graça, respectivamente. O púcaro é cheio de água, e suspenso por uma corda. Coloca-se o concorrente a uns nove passos do púcaro, e dão-se-lhe umas voltas depois de vendido. Se parte o púcaro, apanha um banho, mas leva uma garrafa de vinho.

Em algumas povoações brasileiras, o programa da festa do Divino e da festa da Santa Cruz, regra geral inclui, na sua parte profana, um divertimento para meninos chamado *quebra-potes*. Alceu Maynard Araújo cita-o várias vezes, mas não n-o descreve.

Em alguns destes casos recorria-se a vasilhame velho. Mas, abreviando-se a duração da louça em uso, antecipava-se a compra de louça nova. Noutros casos, utilizar-se-ia vasilhame com defeito, que, mesmo quando não tinha essa aplicação, nunca seria totalmente rejeitado, pois ainda hoje vemos, no concelho de Barcelos, homens que comprem as vasilhas defeituosas aos

oleiros, as consertam com cimento e pez, e as vendem depois por preços relativamente módicos. Enfim, se me não engano, pode-se dizer que o desenvolvimento industrial, sendo a causa das profundas transformações que nas últimas décadas entre nós se operaram no domínio das actividades lúdicas, veio também por vias travessas contribuir para a ruína das olarias tradicionais.

De tal modo as coisas interdependem umas das outras, e tinha o barro tantas aplicações, que por força tenho de parar. Mas antes disso pergunto: O aparecimento da tracção mecânica, em si, e de modo imediato, não teria também interferido com a vida do mestre oleiro? Se todas as bestas de tiro e de sela, nos *bons tempos* que precederam o comboio e o automóvel, tivessem achado quem por elas fizesse testamento, como achou o macho ruço de Luís Freire, não iríamos encontrar aí um manancial de solenes confissões idênticas a esta:

Infindos perdões pedi
às pousadas u pousei,
d'alguidares que quebrei (...)?

O plástico mata-nos! — disse, há já alguns anos, um velho oleiro da Flor da Rosa. O conjunto de circunstâncias que deu o golpe derradeiro na olaria tradicional coincidiu com o advento do plástico, material revolucionário que por si seria suficiente para tecnològicamente caracterizar uma época. A mais recente evolução das nossas feiras parece que dá razão ao velho oleiro: alastra a mancha dos objectos de plástico ao mesmo tempo que se reduz a dos objectos de barro. Sacos de plástico e de papel — acrescentemos — estão a desbancar os singelíssimos e anónimos vasos de barro para colheita de resina, e se algumas reservas se põem quanto a esta substituição, devidas à inflamabilidade dos novos materiais, isso será apenas o incentivo que levará os técnicos a descobrir um outro plástico.

Os dias da olaria tradicional estão contados. Há já lacunas que nunca mais se preencherão: de alguns dos centros oleiros desaparecidos é quase nada o que sabemos, e pouquíssimos os testemunhos materiais que da sua actividade conservamos. Urge,

pois, proceder a uma recolha sistemática de colecções representativas da nossa olaria, se não quisermos a tal respeito ficar eterna e irremediavelmente pobres.

Perguntar-me-ão: Mas não é isso que está a fazer o museuzinho de Barcelos? — E eu só posso responder: Isso foi o que lá quisemos fazer, talvez utopicamente. A tarefa é de envergadura, e um museuzinho da província só a poderia realizar com o apoio de um querer colectivo e decidido. As pessoas querem, mas isoladas. Além disso, temos uma tradição de improvisadores, que não sofre as longas gestações. Causa de não vingarem tantas iniciativas, e de outras terem morte prematura. Lutando, como ainda luto, pelo museu de Barcelos, não quero amanhã ser acusado de ter andado a deitar pó aos olhos dos que estão atentos, mas de fora, e por isso esta explicação.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO (ALCEU MAYNARD) — *Escôrço do Folclore de uma Comunidade*, São Paulo, 1962.
- *Folclore Nacional*, vols. I e III, São Paulo, 1964.
- ARAÚJO (JOSÉ ROSA DE) — *Nichos da Ribeira*, in «Serão» (suplemento do «Noticias de Viana»), n.º 39, Viana do Castelo, 4-1-1968.
- BAPTISTA (MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA FROTA) — *Organização dos Mesteres em Évora no Século XVIII*, in «Junta Distrital de Évora. Boletim Anual de Cultura», n.º 5, Évora, 1964.
- BRANDÃO (THÉO) — *As Cavalhadas de Alagoas*, in «Revista Brasileira de Folclore», ano II, n.º 3, Rio de Janeiro, Maio-Agosto de 1962.
- O «*Cancioneiro Geral*», selecção, prefácio e notas de André Crabbé Rocha, Lisboa, 1962.
- CARNEIRO (E. LAPA) — *Donde vem a confusão entre Louças do Prado e Louças de Barcelos*, Barcelos, 1962.
- *Breves Notas Sobre Técnicas de Impermeabilização Cerâmica*, in «Olaria. Boletim do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa», n.º 1, Barcelos, MCMLXVIII-MCMLXIX.
- CARVALHO (A. L. DE) — *Os Mesteres de Guimarães*, IV, 1943.
- Catalogo da Exposição de Ceramica Promovida pelo Instituto Portuense de Estudos e Conferencias (...)*, Porto, 1901.
- CHAVES (LUÍS) — *Ânforas portuguesas*, in «Atlantida», ano II, n.º 16, Lisboa, 15-2-1917.
- *Do Barro se Faz a Louça; na Louça se Come o Trigo...*, Lisboa, 1953.
- CORREIA (JOÃO MACEDO) — *As Louças de Barcelos*, Cadernos de Etnografia, 4, Barcelos, 1965.

- *As Louças de Barcelos. A fábrica do Carapanto*, in «Jornal de Barcelos», n.º 934, Barcelos, 7-3-1968.
- *As Louças de Barcelos. A Fábrica de Francisco de Sousa*, in «Jornal de Barcelos», n.º 946, Barcelos, 6-6-1968.
- *Achegas para o Estudo das Louças de Barcelos*, in «Olaria. Boletim do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa», n.º 1, Barcelos, MCMLXVIII-MCMLXIX.
- COSTA (P.º ANTÓNIO CARVALHO DA) — *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, t. 1, Lisboa, M.DCC.VI.
- Fables d'Ésope*, traduction par P. Commelin, Paris, s. d.
- FOSTER (GEORGE M.) — *Las culturas tradicionales y los cambios técnicos*, México-Buenos Aires, 1964.
- ISIDORO (AGOSTINHO) — *O centro oleiro da Flor da Rosa*, Porto, 1963.
- LA FONTAINE — *Fables Choisies*, 1, Paris, 1934.
- LEAL (PINHO) — *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7.º, Lisboa, 1876.
- LEPIERRE (CHARLES) — *Estudo Chimico e Technologico Sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Lisboa, 1899.
- LIMA (ROSSINI TAVARES DE) — *Abecê do Folclore*, 4.ª ed., São Paulo, 1968.
- Livro dos Regimêtos dos Officiaes mecanicos da Mui Nobre e Sêpre Leal Cidade de Lixboa (1572)*, publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra, 1926.
- MARQUES (A. H. DE OLIVEIRA) — *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, Lisboa, 1964.
- MARQUES (MÁRIO CÉSAR) — *Para a história de parte do espólio de Rocha Peixoto*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. v, n.º 2, 1966.
- ORTIGÃO (RAMALHO) — *As Farpas*, t. 1, 4.ª ed., Porto, MCMXXV.
- PARVAUX (SOLANGE) — *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*, Paris, 1968.
- PASCOAES (TEIXEIRA DE) — *A Beira (Num Relampago)*, Obras Completas, 7.º vol., Paris-Lisboa, s. d.
- PEIXOTO (ROCHA) — *As Olarias de Prado*, Cadernos de Etnografia, 7, Barcelos, 1966.
- PEREIRA (CARLOS JOSÉ DA COSTA) — *A Ceramica Popular da Bahia*, Salvador, Bahia, 1957.
- Relatorio da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, 1884.
(Ao que parece, este relatório foi elaborado por Pereira Caldas e Joaquim de Vasconcelos.)
- RIBEIRO (A. M. DO AMARAL) — *Noticia Descritiva da Muito Nobre e Antiga Villa de Barcellos*, 2.ª ed. correcta e augmentada, 1867. (A 1.ª ed. é de 1866.)
- RIBEIRO (EMANUEL) — *Agua Fresca (Apontamentos sôbre olaria nacional)*, s. l. e s. d.
- RIBEIRO (MARGARIDA) — *Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa*, Guimarães, 1962.
- SÉRGIO (ANTÓNIO) — *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*, Lisboa, s. d.
- SILVA (ANTÓNIO JOSÉ DA) — *Obras Completas*, vol. iv, Lisboa, 1958.
- TORGA (MIGUEL) — *Diário*, x, Coimbra, 1968.
- VASCONCELLOS (CAROLINA MICHAËLIS DE) — *Algumas Palavras a respeito de Púcaros de Portugal*, Coimbra, 1921.

VASCONCELLOS (JOAQUIM DE) — *A exposição de cerâmica nacional do Porto em 1882. Relatório desenvolvido, in Cerâmica Portuguesa. Série II. Estudos e Documentos Inéditos*, Porto, MDCCCLXXXIV.

VIEIRA (JOSÉ AUGUSTO) — *O Minho Pittoresco*, t. I, Lisboa, 1886.

«O Barcellense», 1.º ano, n.º 19, Barcelos, 2-7-1911; e 2.º ano, n.º 70, 23-6-1912.

«Era Nova», ano 5.º, n.º 236, Barcelos, 22-7-1915.

«Jornal de Barcelos», n.º 1041, 9-4-1970.

«Regenerador-Liberal», desde o n.º 31 — Barcelos, 17-1-1904 — até ao n.º 70 — 16-10-1904.

biblioteca
municipal
barcelos



11938

○ fim da olaria tradicional
portuguesa